



Ata da terceira reunião da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais.

Aos 9 dias do mês de novembro de 2022, às 10:00 horas, realizou-se reunião ordinária da **Comissão de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais**, participaram da reunião os seguintes membros:

ANA PAULA CERRATO TAVARES – Presencial

ANGELA MARIA MANSUR REGO – Online

CLAUDIO SERGIO PONTES – Presencial

DOMINGOS PIRES DE MATIAS – Presencial

FABIO ALEXANDRE ROSSI – Presencial

FABIO SCOLARI VIEIRA – Presencial

FELIPPO SCOLARI NETO – Presencial

LAIS MARIA MARTINHO – Presencial

LUCIANA RUIZ DE LIMA – Online

LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM – Presencial

NATÁLIA MARTINHO MAY – Presencial

REYNALDO SANGIOVANNI COLLESI – Presencial

VICENTE RENATO PAOLILLO – Presencial

VITOR AUGUSTO BOARI - Presencial

Pauta: Livre

Reunião Ordinária: Modalidade híbrida

Com o início da reunião foram sugeridos os temas que serão trabalhados por essa Comissão, juntamente com o Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca), quais sejam:

- 1-) majoração do limite das requisições de pequeno valor (RPV) no âmbito estadual;
- 2-) tentativa de inclusão legal de declaração de inelegibilidade de político que deixa de pagar precatório;
- 3-) utilização e transparência sobre o depósito judicial para fins de pagamento de precatórios;
- 4-) desmembramento dos honorários contratuais para fins de celebração de acordo com o Município de São Paulo;
- 5-) solicitação de mais recursos para pagamento de precatórios;
- 6-) escalonamento do percentual de deságio no pagamento de acordo firmado com o Estado de São Paulo.

Em seguida a comissão prestou esclarecimentos sobre o desempenho da Unidade de Processamento das Execuções contra a Fazenda Pública (UPEFAZ), que está com atraso na conclusão há mais de 100 dias. Porém, dois novos juízes serão designados para o setor.

A digitalização dos processos será finalizada até dezembro.

Além disso foi assinado o contrato para o início de novos estagiários e designado novos escreventes.

Foi sugerida uma nova reunião com desembargador Dr. Afonso Faro. E outra com a Corregedoria do TJSP a fim da uniformização dos modelos de ofício e a padronização de procedimento de resolução dentro do próprio incidente individualizado de precatório para facilitar a tramitação processual, inclusive para fins de habilitação de herdeiros e cessão de crédito, sem prejudicar outros credores na hipótese de formação de litisconsórcio.

No âmbito da Justiça do Trabalho, considerando que a coordenadoria de cálculos está com um atraso de 3 (três) anos para a conferência de valores, inclusive aqueles que já tiveram a anuência por parte da Fazenda do Estado, será encaminhado ofício ao TRT, pelo Dr. REYNALDO COLLESI, para o pedido de providência.

Também foi relatado que na Justiça do Trabalho não está ocorrendo o pagamento da Ordem Cronológica, o que será oportunamente cobrado pela comissão.

Encerrou-se a reunião às 11:30, com a assinatura dos presentes na lista entregue à Secretaria das Comissões.

FELIPPO SCOLARI NETO

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais

FABIO SCOLARI VIEIRA

Secretário da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais